



COMO A POUCO E POUCO SE PRIVATIZA O PATRIMÓNIO CULTURAL

O Governo decidiu “reorganizar as competências da Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), com a criação de duas entidades que ficam fora da alçada da Administração Directa do Estado e que podem perspectivar-se como mais um passo na privatização da gestão do Património Cultural.

Deste modo, são criados:

- o instituto **Património Cultural, IP**, que terá competências na salvaguarda, investigação, conservação e restauro, valorização, divulgação e internacionalização do património cultural imóvel e imaterial e a entidade pública empresarial “Museus e Monumentos de Portugal, EPE”;
- a **Museus e Monumentos de Portugal, EPE**, entidade pública empresarial, a quem competirá, “numa lógica empresarial”(!), a gestão dos museus, “mais orientada para o público”.

A pretexto de opções políticas tomadas no governo da “troika”, visando a redução da estrutura do Estado e a contenção de custos, o actual governo avança para o esvaziamento da Direcção-Geral do Património Cultural e o afastamento da administração directa do Estado, lançando perspectivas de gestão empresarial, para que cada vez mais o Estado não tenha responsabilidades nesta área.

Paralelamente, apesar de ainda não o ter assumido perante esta Federação, no caso da Empresa Pública, os trabalhadores irão ser confrontados com a alteração do regime jurídico das relações de trabalho, para o contrato individual de trabalho (CIT), conforme consta do projecto de diploma legal que, não oficialmente, já temos em nossa posse.

E, depois, lá teremos o aliciamento aos trabalhadores do contrato de trabalho em funções públicas, em funções nos actuais organismos e serviços, para optarem pelo contrato individual de trabalho, porque assim, supostamente, terão melhores salários, carreiras aliciantes e outras regalias.

A realidade onde isto já aconteceu é bem diferente! À conta da liberalização das relações de trabalho, desvalorizam-se as remunerações, destroem-se e subvertem-se as carreiras, aumenta a duração de trabalho para os novos trabalhadores, precariza-se o emprego.

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais – FNSTFPS, considera inaceitável que o governo e em particular o Ministro da Cultura tenham avançado para este processo sem, previamente, ter ouvido as estruturas sindicais, sobre as alterações que o mesmo poderá trazer para os trabalhadores.

Neste sentido, logo que foi tomado conhecimento da decisão do Governo, a FNSTFPS solicitou uma reunião, com carácter de urgência, ao Ministro da Cultura que até à presente data, lamentavelmente, ainda não respondeu.

Iremos continuar a acompanhar este processo e a dar conhecimento do seu desenvolvimento aos trabalhadores, apelando a que se mantenham vigilantes e mobilizados para a possibilidade de agirem para a defesa dos seus direitos.

Mantém-te informado!

SINDICALIZA-TE

FPSNACIONAL.PT



225 574 060
REDE FIXA NACIONAL
STFPSN.PT

213 193 320
REDE FIXA NACIONAL
STFPSRA.PT

239 851 370
REDE FIXA NACIONAL
STFPCENTRO.PT